

SGFIR

PONTO SITUAÇÃO PNA

1 jan a 30 set 2025

novembro 2025



AGIF

AGÊNCIA PARA A
GESTÃO INTEGRADA
DE FOGOS RURAIS

SGIFR | PONTO SITUAÇÃO DO PNA | 3ºT 2025

1. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO (PNA) | VISÃO GLOBAL
2. PRINCIPAIS ATUALIZAÇÕES PNA | ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA, PROGRAMA E PROJETO | 1 JAN A 30 SET 2025

Ficha técnica:

Entidades participantes: Entidades com intervenção no SGIFR (RCM n.º 45-A/2020) e responsabilidades no Programa Nacional de Ação (RCM n.º 71-A/2021)

Fonte dos dados: Plataforma de Monitorização SGIFR – www.pm.gov.sgifr.pt

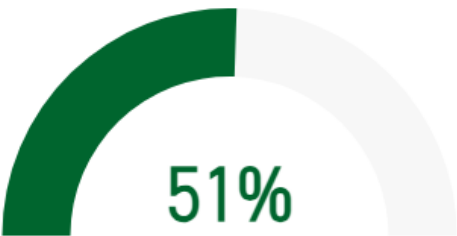
Período de referência: O reporte apresenta os dados entre o período de 1 janeiro a 30 setembro 2025

Compilação dos dados, conceção, elaboração e edição: Planeamento & Controlo AGIF

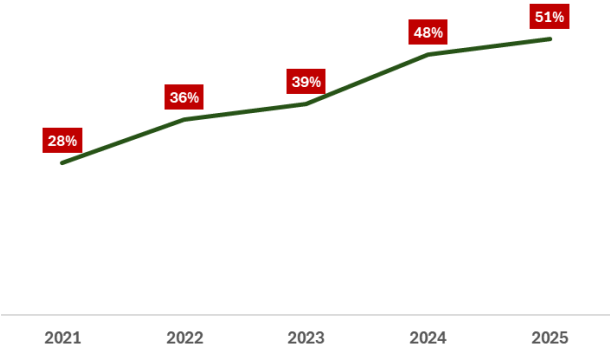
1 . IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO | VISÃO GLOBAL

- A implementação do PNA encontra-se executada em 51%* (+3 p.p. face a dez 2024) com o melhor desempenho a verificar-se no eixo “Gerir o Risco Eficientemente”, existindo globalmente 178 iniciativas já concluídas (+17 face dez 2024).

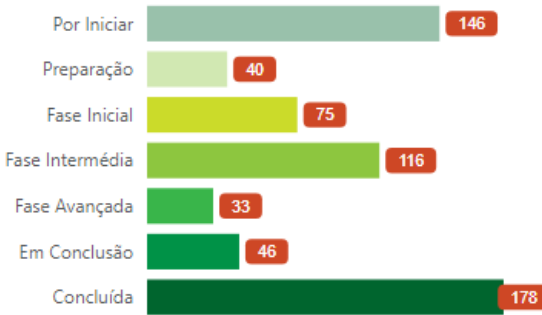
Progresso Implementação PNA 2020-2030



Evolução anual da Implementação PNA



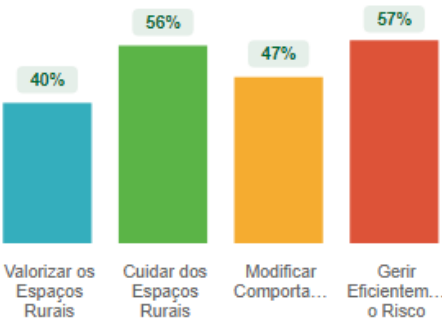
Nº Iniciativas PNA por Estado



Resumo Iniciativas



Progresso Implementação PNA por OE



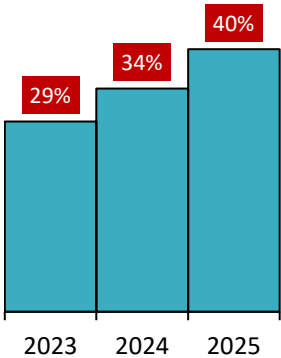
- 3 projetos concluídos de 97
- 634 iniciativas inscritas, das quais 28% concluídas, 23% com início atrasado, e 6% com conclusão atrasada.

*média aritmética do nível de progresso das iniciativas inscritas em cada projeto, reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

Nível de implementação* PNA por Orientação Estratégica e Programa

VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

Progresso (%)

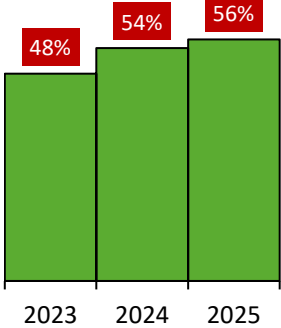


Execução 20-30 em 40%, progresso* de 6% face a 2024, sem avanços significativos reportados em 2025 ao nível da mobilização do potencial dos recursos endógenos, da melhoria das empresas do setor florestal, e dos incentivos à valorização do território.

Programa	2023	2024	2025	24 vs 23
1.1.1 Informação Temática de Suporte	23%	29%	63%	↑ +6 pp
1.1.2 Cadastro da propriedade	58%	59%	86%	↑ +1 pp
1.1.3 Redimensionamento da propriedade rústica	58%	65%	58%	↑ +7 pp
1.2.1 Aumentar a área com gestão integrada	28%	34%	37%	↑ +6 pp
1.2.2 Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos	37%	37%	36%	! -
1.2.3 Fomentar a inovação e melhoria da competitividade das empresas do setor florestal	4%	4%	4%	! -
1.3.1 Alargar incentivos à valorização do território	0%	0%	0%	! -

CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

Progresso (%)



Execução 20-30 em 56%, progresso* de 2% face a 2024, sem avanços significativos reportados em 2025 ao nível da alteração do processo de reaproveitamento de sobranes, e no apoio à implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas

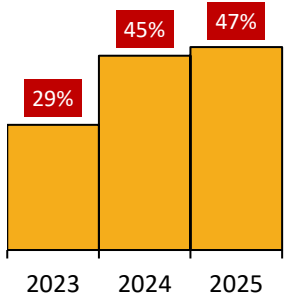
Programa	2023	2024	2025	25 vs 24
2.1.1 Reconverter a paisagem	52%	62%	71%	↑ +9 pp
2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível	49%	55%	57%	↑ +2 pp
2.2.2 Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobranes	34%	34%	34%	! -
2.3.1 Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas	49%	51%	44%	! -7 pp

*média aritmética do nível de progresso das iniciativas inscritas em cada projeto, reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

▪ Nível de implementação* PNA por Orientação Estratégica e Programa

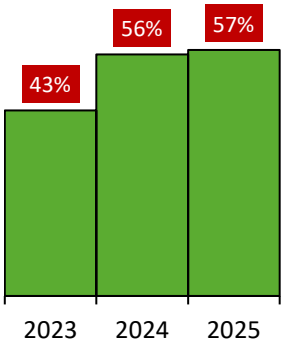
MODIFICAR
COMPORTAMENTOS

Progresso (%)



GERIR O RISCO
EFICIENTEMENTE

Progresso (%)



Execução 20-30 em 47%, progresso* de 2% face a 2024, no entanto apesar do avanço, as práticas educativas para o risco permanecem ainda com o menor nível de implementação.

Programa	2023	2024	2025	25 vs 24
3.1.1 Reduzir o número e o risco das queimas e queimadas	51%	59%	59%	⚠ -
3.1.2 Reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão	29%	51%	51%	⚠ -
3.1.3 Rever o enquadramento jurídico para os comportamentos de risco	12%	48%	44%	⚠ - 4 pp
3.2.1 Comunicar para o risco: Portugal Chama	27%	36%	47%	⬆ +11 pp
3.2.2 Orientar práticas educativas para o risco	0%	13%	29%	⬆ +16 pp

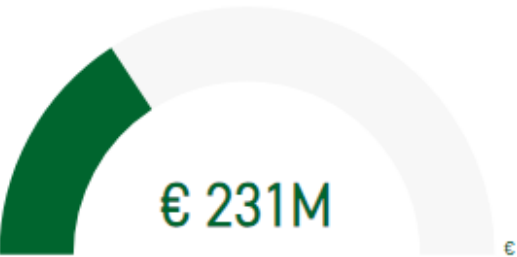
Execução 20-30 em 57%, progresso* de 1% face a 2023, com diversos programas a maioria dos programas se apresentarem sem avanços significativos face ao ano anterior, destacando-se por exemplo a orçamentação do sistema com uma visão integrada, do reforço das competências na governança do risco e implementação de melhorias organizacionais, assim como a implementação do sistema de melhoria contínua e no intercâmbio internacional.

Programa	2023	2024	2025	25 vs 24
4.1.1 Especializar a análise de risco	42%	55%	56%	⬆ +9 pp
4.1.2 Implementar o planeamento	50%	60%	60%	⚠ -
4.1.3 Orçamentar Sistema com uma visão integrada	44%	53%	53%	⚠ -
4.2.1 Reforçar as competências de governança do risco	45%	53%	53%	⚠ -
4.2.2 Implementar um sistema de melhoria contínua	37%	47%	47%	⚠ -
4.2.3 Definir políticas de acordo com o enquadramento supranacional	70%	72%	85%	⬆ +13pp
4.2.4 Desenvolver Sistemas de informação e comunicação integrados	21%	37%	42%	⬆ +5pp
4.3.1 Implementação de melhorias organizacionais	72%	83%	83%	⚠ -
4.3.2 Gestão eficiente das ocorrências	21%	53%	53%	⚠ -
4.4.1 Implementar o programa nacional de qualificação dos agentes SGFIR	42%	60%	63%	⬆ +3 pp
4.4.2 Programa de intercâmbio de peritos internacionais	21%	24%	24%	⚠ -
4.4.3 Gestão do conhecimento	39%	45%	48%	⬆ +3 pp

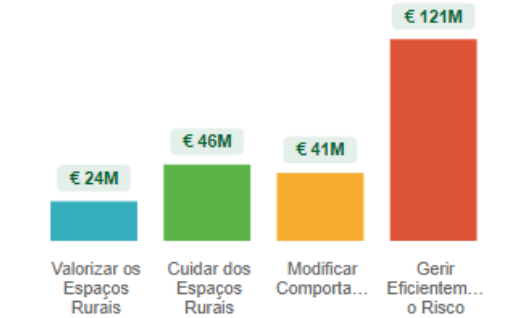
*média aritmética do nível de progresso das iniciativas inscritas em cada projeto, reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

- Foi identificada, até ao final do 3º Trimestre 2025, um total de despesa executada de 231M€, no entanto, a ausência de reporte da execução financeira em projetos fundamentais SGIFR inviabiliza análises, não sendo estas representativas da realidade.

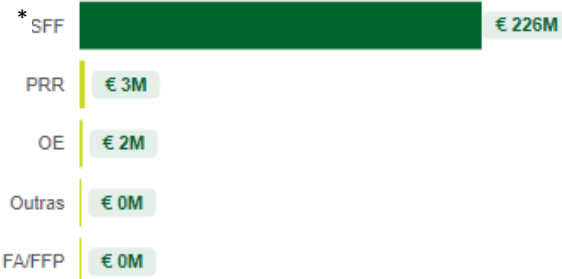
Orçamento total executado 2025



Orçamento executado por OE 2025

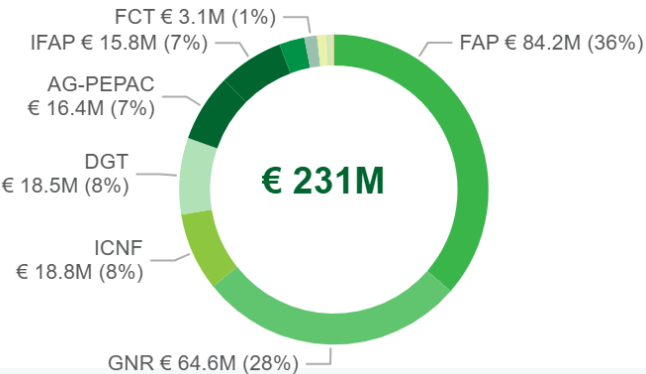


Orçamento executado por Fonte de Financiamento



* Sem fonte de financiamento identificada

Orçamento por entidade 2025



Entidade	Orçamento Executado (€)
Força Aérea Portuguesa	€ 84 169 022
GNR	€ 64 583 766
ICNF	€ 18 845 903
DGT	€ 18 490 109
AG PEPAC	€ 16 356 848
IFAP	€ 15 807 691
IP	€ 6 080 002
FCT	€ 3 076 552
EBUPI	€ 2 193 242
AGIF	€ 1 367 140
Forestwise	€ 480 000



- Sem reporte 2025 em projetos fundamentais
- Despesa executada sem reporte de fonte de financiamento associada

2. PRINCIPAIS ATUALIZAÇÕES PNA | ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA, PROGRAMA E PROJETO |

1 JAN A 30 SET 2025



Nível de implementação* PNA por Orientação Estratégica e Programa e Projeto

Valorizar os Espaços Rurais	40%	Informação Temática de Suporte	63%	1.1.1.1	Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS)
				1.1.1.2	Inventário Florestal Nacional (IFN)
				1.1.1.3	Desenvolvimento da informação estatística oficial sobre a fileira florestal
		Cadastro da propriedade	86%	1.1.2.1	Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC)
				1.1.2.2	Sistema de informação cadastral simplificada
		Redimensionamento da propriedade rústica	58%	1.1.3.1	Revisão de mecanismos reguladores de prédios rústicos
				1.1.3.2	Programa de Emparcelamento
		Aumentar a área com gestão integrada	37%	1.2.1.1	Gestão agregada de territórios rurais
				1.2.1.2	Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)
				1.2.1.3	Projeto de área de gestão pública
		Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos	36%	1.2.2.1	Modelo de financiamento multifundos
				1.2.2.2	Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade
				1.2.2.3	Apoio a projetos de bioeconomia e economia circular
				1.2.2.4	Diversificação e qualificação da economia rural
				1.2.2.5	Multifuncionalidade dos espaços agroflorestais
		Formentar a inovação e melhoria da competitividade das empresas do setor florestal	4%	1.2.3.1	Aumento do rendimento da fileira florestal e silvopastoril no território
				1.2.3.2	Aumento da remuneração dos proprietários florestais
		Alargar incentivos à valorização do território	0%	1.3.1.1	Medidas fiscais e financeiras na gestão dos espaços florestais

*média aritmética do nível de progresso das iniciativas inscritas em cada projeto, reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

1.1.1 Informação Temática de Suporte

- **1.1.1.1 Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) (DGT)** Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2023 finalizada a 31/3/2025; Disponibilização da Carta de Interface de Áreas Edificadas de 2024 em março de 2025 e da carta pré-verão de 2025 em julho de 2025. Disponibilização mensal dos MIAEV; Carta de Regime do Uso do Solo (CRUS) atualizada a dezembro de 2024, disponibilizada até 31/03/2025. Aquisição da cobertura LiDAR concluída. Cobertura de ortofotos de 2025 a concluir no 4º trimestre de 2025.
- **1.1.1.2 Inventário Florestal Nacional (IFN) (ICNF)** A recolha de informação de campo do IFN7 está concluída, estando em curso a sua análise e processamento. O novo modelo está conceptualizado e está em fase intermédia de implementação. A Cartografia nacional de estrutura de vegetação e/ou de combustíveis será produzida tendo por base os dados de campo do IFN7; os dados LiDAR da cobertura nacional e as imagens de satélite de muito alta resolução espacial.
- **1.1.1.3 Desenvolvimento da informação estatística oficial sobre a fileira florestal (INE)** O INE realizou, a 30 de setembro de 2025, o primeiro reporte de informação sobre as Contas da Floresta ao Eurostat, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2024/3024 do Parlamento Europeu e do Conselho. A divulgação nacional destas contas está prevista até ao final de 2025. Várias medidas da responsabilidade do INE foram descontinuadas por motivo de reorientação de prioridades

1.1.2 Cadastro da propriedade

- **1.1.2.1 Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) (DGT)** Base de Dados de Cadastro Predial implementada. Em fase de cálculo da área ardida em áreas com cadastro predial 2018 - 2025.
- **1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada (EBUPI)** O BUPi atingiu neste 3.º trimestre de 2025 um acumulado de 441 867 processos concluídos e 102 266 cidadãos que identificaram propriedades. Ao todo, contabiliza-se, agora, cerca de 2,939 milhões de propriedades identificadas, mais de 452 mil cidadãos que identificaram propriedades e 158 municípios aderentes ao BUPi. A 24 de setembro foi formalizada a assinatura do Protocolo de Colaboração entre a AT, o IRN, a eBUPi e a ARTE, permitindo desbloquear o acesso direto à base de dados da AT e avançar com a implementação da interoperabilidade, nomeadamente no âmbito do processo de inscrição de prédios omissos e NIP. Relativamente ao PER e PEJ, a componente técnica do lado da eBUPi encontra-se praticamente concluída, estando atualmente em fase de testes de integração com o IRN.

1.1.3 Redimensionamento da Propriedade Rustica | Sem reporte de atualizações

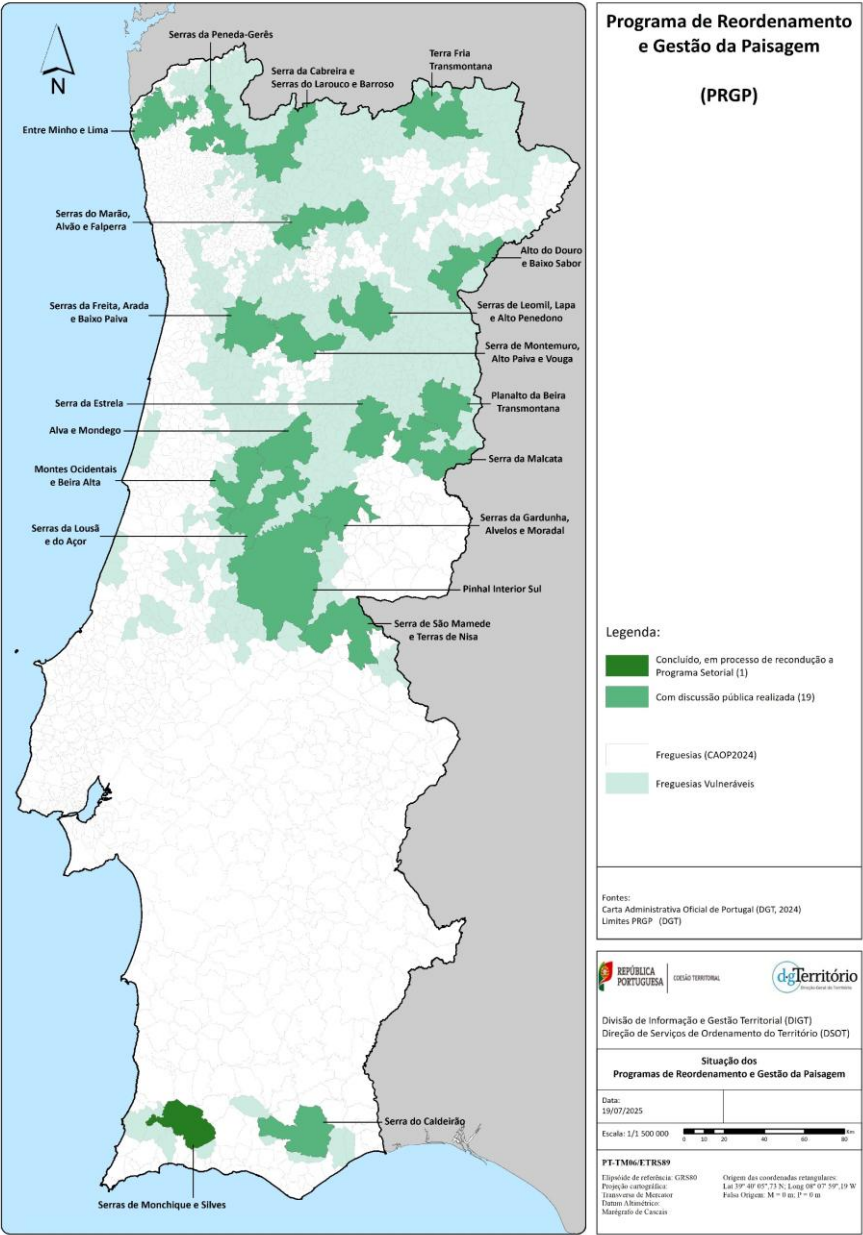
1.2.1 Aumentar a área com gestão integrada

- **1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais (ICNF)** O apoio financeiro à 1.ª Geração de AdB encontra-se concluído, o apuramento da execução da 2.ª Geração de AdB será realizado apenas no final do ano de 2025. Está em finalização a execução dos contratos programa relativos à recuperação das áreas ardidas em 2025, até final do ano.
- **1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) (DGT)** Foram concluídos todos os 20 PRGP previstos. A proposta de RCM para aprovação dos PRGP foi enviada à tutela. Até ao final do ano deverão ser aprovados os 19 PRGP novos e reconduzido a plano setorial o PRGP das Serras de Monchique e Silves. O PRGP das Serras de Monchique e Silves, que constitui a baseline, é o único PRGP aprovado e com implementação de algumas ações financiadas pelo FA. O Aviso n.º 16954/2022, 31 de agosto (Valorização, reabilitação e reconversão da paisagem no âmbito do PRGP das Serras de Monchique e Silves), foi encerrado a 13 de agosto, com o último pagamento ao Município de Silves.



VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

A área total abrangida pelos 20 PRGP é de 1 151 99 ha. A área estimada para o financiamento dos serviços dos ecossistemas é 460 764 ha. No âmbito do processo de elaboração dos PRGP foram identificadas 42 Áreas Piloto de Gestão Agregada (APGA), que abrangem um total de 120 633,2 hectares.





VALORIZAR OS
ESPAÇOS RURAIS

VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

- **1.2.1.3 Projeto de área de gestão pública (ICNF)** A atualização da figura do Regime Florestal continua em avaliação, dado o enquadramento jurídico da legislação, considerando a data em que esse regime entrou em vigor. O projeto não será concluído em 31/12/2025, devendo ser enquadrado também no âmbito do Plano de Intervenção para a Floresta «Floresta 2050, Futuro + Verde» (RAR n.º 174/2025, pontos 4.1.1 a 4.1.3).
(FLORESTGAL) A FlorestGal apenas poderá gerir prédios sem dono conhecido se tais prédios estiverem registados na competente conservatória do registo predial como prédios sem dono conhecido. A lei fixa a competência dos organismos do Estado, concretamente do Instituto dos Registo e do Notariado, I.P, sob a tutela do Ministério da Justiça, para o procedimento de determinação dos prédios rústicos que poderão vir a ser qualificados como "sem dono conhecido". Esse procedimento não depende, nem da iniciativa, nem da participação da FlorestGal.

1.2.2 Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos

- **1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural ; 1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais (AG PEPAC; IFAP) Pagos** 21M€ em incentivos disponibilizados via PDR e PEPAC principalmente em Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas ; Medidas de apoio à valorização da agricultura familiar, associada à pluriatividade e plurirrendimento; Gestão Integrada em Zonas; Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas; Apoio à apicultura para a Biodiversidade

1.2.3 Fomentar a inovação e melhoria da competitividade das empresas do setor florestal

- **1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais (DGAE)** A PARF não reúne desde 2019, tendo ficado por aprovar o documento "Fileiras Florestais e Economia Circular – Diagnóstico e Propostas de Atuação", concluído em setembro de 2020, que poderia contribuir para o objetivo de remuneração dos proprietários florestais e para a definição de uma estratégia no domínio das fileiras florestais. O documento, para o qual contribuíram todas as 6 subcomissões da PARF aborda, entre outros temas, a melhoria do conhecimento sobre as atividades das fileiras florestais em Portugal e o seu dinamismo em matéria de economia circular, identificando, em cada fileira, ameaças e oportunidades, boas práticas e iniciativas de inovação e partilha de conhecimento, bem como apresenta recomendações, propostas de atuação e regulamentação ajustadas a cada realidade setorial.

1.3.1 Alargar incentivos à valorização do território

- **1.3.1.1 Medidas fiscais e financeiras na gestão dos espaços florestais (SE FLORESTAS)** Encontra-se prevista uma majoração de gastos para efeitos de determinação do lucro tributável – Artigo 59.º- D Incentivos fiscais à atividade silvícola, n.º 12 a 15 do EBF - no "Relatório da Despesa Fiscal de 2024" identifica como despesa Fiscal em 2024 referente a este benefício o montante de 2,5 milhões de euros. Salienta-se que o apuramento da despesa fiscal referente a este benefício só pode ocorrer no ano seguinte após a entrega da declaração Modelo 22 que deve ser entregue até ao último dia do mês de maio do ano seguinte ao período de tributação.



Nível de implementação* PNA por Orientação Estratégica e Programa e Projeto

Cuidar dos Espaços Rurais	56%	Reconverter a paisagem	71%	2.1.1.1	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)	69%
				2.1.1.2	Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	60%
				2.1.1.3	Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais	76%
				2.1.1.4	Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)	75%
		Executar o programa plurianual de gestão de combustível	57%	2.2.1.1	Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	18%
				2.2.1.2	Garantir a gestão da rede primária de faixas de combustíveis	68%
				2.2.1.3	Garantir a gestão da rede secundária	85%
				2.2.1.4	Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	45%
				2.2.1.5	Proteção de áreas de elevado valor	58%
				2.2.1.6	Gestão de galerias ribeirinhas	30%
				2.2.1.7	Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	63%
				2.2.1.8	Aplicar regras de corte	63%
				2.2.1.9	Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural	18%
		Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobranes	34%	2.2.2.1	Promover processos de compostagem	13%
				2.2.2.2	Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobranes e matos	46%
		Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas	44%	2.3.1.1	Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	58%
				2.3.1.2	Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	43%
				2.3.1.3	Incrementar a resiliência do edificado	100%
				2.3.1.4	Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”	40%
				2.3.1.5	Mecanismos de cobertura e garantia de correta gestão do risco da edificação	0%
				2.3.1.6	Robustecer os incentivos financeiros aos privados	0%

*média aritmética do nível de progresso das iniciativas inscritas em cada projeto, reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

2.1.1 Reconverter a paisagem

- 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) (DGT) O processo de constituição das AIGP terminou com a aprovação das correspondentes OIGP e a celebração de novos contratos com as entidades gestoras das OIGP. No âmbito do processo de elaboração e aprovação das OIGP foram identificadas as áreas afetas às Estruturas de paisagem, que compreendem a Estrutura ecológica e a Estrutura de resiliência, num total de 53 352,11 ha.
- 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas (ICNF) Em 2025 registaram-se 44 áreas ardidas resultantes de incêndios com dimensão superior a 500 ha. Para estas áreas ardidas bem como para um conjunto mais alargado de áreas ardidas que, pela continuidade territorial com as primeiras, carecem de tratamento integrado, foi justificada a elaboração de 34 relatórios de estabilização de emergência (REE), estando já todos finalizados. Os REE abarcam áreas queimadas de 109 incêndios, o que equivale a uma área ardida global de 250 763 ha (valores provisórios) e 16,5 milhões de euros de investimento estimado. No âmbito da Portaria n.º 490-B/2025/2, de 29 de agosto, o ICNF promoveu 50 contratos-programa “Territórios Resilientes” para a execução de ações de estabilização de emergência e de restauro ecológico nas áreas mais severamente afetadas pelos incêndios, num valor total de 3,5 milhões de euros. Os CP foram assinados no dia 26/09/2025 entre o ICNF, a Agência para o Clima e municípios das regiões Norte (27) e Centro (23). Em 2025, entre 27/08 e 30/09, as intervenções de estabilização de emergência realizadas com recursos e sob orientação técnica do ICNF, envolveram 1519 operacionais, integrados em 115 equipas/brigadas. Estes elementos estiveram presentes em 13 áreas ardidas/complexos de áreas ardidas de 34 concelhos.

2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível

- 2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível (ICNF) A Implementação do sistema de Informação para coordenação e reporte da Gestão de Combustível não sofreu avanços. No âmbito do SGI-FR, todos os municípios com GTF financiado pelo fundo ambiental, reportam trimestralmente as ações de gestão de combustível realizadas nos respetivos concelhos. Aprovado pelo despacho 4223/2025, de 3 de abril, o regulamento das normas de gestão de combustível, a entrar em vigor no final de 2025 que incorpora normas específicas para a proteção de valores naturais. Em paralelo foi definida metodologia para a identificação e enquadramento das técnicas de gestão de combustível mais adaptadas à conservação do arvoredo protegido, habitats e espécies com valor de conservação para integração nos PSA.
- 2.2.1 (ICNF)

Intervenção	Responsável	Meta (ha) 2025	Executado (ha) 2025	% execução
Rede primária*	ICNF	12 000	5 961	50%
Fogo controlado (ha)	ICNF	5 000	1 639	33%
Mosaicos de gestão estratégica de combustível (ha)	ICNF	12 000	12 455	104%
Pastoreio extensivo	ICNF	3 489	s/info	-
Áreas de elevado valor	ICNF	As intervenções dentro das áreas de maior valor são reportadas noutros projetos, e.g., rede primária, mosaicos, fogo controlado, etc. reformular a bateria de indicadores		

- Em 2025, foram publicadas 73 DUP (Declaração de utilidade Pública), correspondendo a uma área 5 444 ha, totalizando 9 979 prédios rústicos, com uma indemnização correspondente a 9,120 M€

(ICNF) Reportados pelo ICNF, 793 km de Construção ou beneficiação de caminhos da rede viária florestal (km), 20 % da meta prevista para 2025 (4000 km). Realizados através do Programa de Sapadores Florestais 18 926 ha de silvicultura preventiva (63% da meta anual)



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível

2.2.1.3 Rede Secundária

Intervenção	Responsável	Meta (ha) 2025	Executado (ha) 2025	% execução
FGC da Rede Rodoviária - Jurisdição IP - Corte seletivo na FGC adjacente à via rodoviária e em volta do edificado e aglomerados;	IP	3 450	3 450	100%
FGC da Rede Rodoviária - Jurisdição IP - Ceifa na FGC adjacente à via rodoviária e em volta do edificado (ha)	IP	3 100	3 100	100%
FGC da Rede Rodoviária - Subconcessões IP - Plena Via + Edificado e Aglomerado (ha)	IP	1 901	1 901	100%
Rede Ferroviária - Controlo da vegetação (2 a 5 metros) e desmatção do edificado.	IP	1 846	1 846	100%
FGC da Rede Ferroviária - IP - Deservagem química - campanha primavera (tratamento até aos 2 metros) (ha)	IP	1 765	1 686	96%
FGC da Rede Ferroviária - IP - Gestão da faixa de combustível PMDFCI (5 a 10 metros) (ha)	IP	931	640	69%
FGC da Rede Ferroviária - IP - Deservagem química - campanha outono (tratamento até aos 2 metros) (ha)	IP	1 765	Início a 29.set	-
Área realizada Proteção FGC da Rede Rodoviária - Concessões IMT - Edificados - Habitações (ha)	IMT	746	746	100%
Área realizada Proteção FGC da Rede Rodoviária - Concessões IMT - Edificados -Aglomerados (ha)	IMT	191	191	100%
Área realizada Proteção FGC da Rede Rodoviária - Concessões IMT - Nós e Ligações (ha)	IMT	516	516	100%
Área realizada Proteção FGC da Rede Rodoviária - Concessões IMT - Plena Via (ha)	IMT	3 925	3 925	100%

(ANEPC) 1JAN-30SET2025: 1) Foi reportado à ANEPC, pela Ascendi, um total de 279 ha intervencionados nas concessões da Beira Litoral e Alta (A25: 56 ha), Norte (A11, A42 e A7: 125 ha), Grande Porto (A4, A41, A42 e VRI: 41 ha), Costa de Prata (A17, A25, A29 e A44: 47 ha), Grande Lisboa (A16: 6 ha) e Douro Litoral (A41: 4ha). 2) Não foram reportados à ANEPC dados de outras entidades com responsabilidade na execução da rede secundária.

2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas (ICNF) Produzida pelo ICNF a 1ª versão de trabalho de cartografia das galerias ripícolas prioritárias, desenvolvida em articulação com a APA. Realizada reunião ICNF APA para avaliação integrada. Encontra-se em curso por parte da APA a atualização e adaptação do “Guia de Orientação para a Intervenção em Linhas de Água”, no qual se enquadram os objetivos do Projeto. Data prevista de conclusão: 4 T2025.

2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos (ICNF) Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos Criado regime de apoio à gestão da carga combustível em áreas de baldio. As candidaturas ao apoio decorreram de 20/05 a 04/06, sendo operacionalizadas pelo IFAP. O valor total de investimento ascende a 7,5 Meuros. No reporte final fornecer-se-á os resultados deste apoio

2.2.1.8 Aplicar regras de corte (ICNF) Definir morfologia da área a cortar para o mosaico se concretizar e potenciar ao máximo o recurso lenhoso: Processo mais complexo do que inicialmente expectável, pelo que está a ser delineada a conceptualização de uma norma de exploração florestal que integre a gestão florestal, o risco, a paisagem e os valores ecológicos associados Mantem-se Posit. Em ponderação a sua inclusão no âmbito da regulamentação da Lei do Restauro



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível

Fiscalização da Gestão Combustível: (GNR) A GNR efetuou desde janeiro a operação "CAMPANHA FLORESTA SEGURA 2025". Entre 16FEV25 a 03NOV25 em execução a Fase de Execução e Monitorização, tendo identificado 10.417 situações em incumprimento. A operação foi centrada nas 998 freguesias prioritárias identificadas, tendo ainda sido possível percorrer outras 1.894 freguesias não prioritárias. Até ao momento regista-se, um grau de cumprimento voluntário de gestão de 59,54%. Até setembro de 2025, foram instaurados 3.115 Autos de Contraordenação, tendo a fiscalização especial incidência na proteção do edificado (50m), dos aglomerados populacionais (100m), rede rodoferroviária e de transporte de energia, assim como, na realização indevida de queimas e queimadas.

2.2.2 Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobrantes | Sem reporte de atualizações

2.3.1 Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas

2.3.1.1. Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas: (GNR) até setembro de 2025, registamos, decorrente das ações de fiscalização, um registo de incumprimento relativamente ao grau de gestão da envolvente de áreas edificadas que se traduz na instauração de um total de 2.086 autos, entre eles: 1.057 autos na envolvente das áreas edificadas, quando confinante com territórios florestais, até 100m; 944 autos na envolvente de edifícios fora das áreas edificadas, quando confinante com territórios florestais até 50m e 85 autos na envolvente de edifícios fora das áreas edificadas, quando confinante com territórios agrícolas até 10m.

2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras: (ANEPC) 2 386 aglomerados abrangidos pelo programa (+36 do que em 2024). Dada continuidade à implementação dos Programas, com acréscimo líquido em todos os indicadores (aglomerados, locais de abrigo/refúgio, planos de evacuação, simulacros). Desenvolvidos procedimentos concursais para aquisição de material de apoio à implementação dos programas. Mantido apoio às ações de sensibilização desenvolvidas localmente pelos municípios e freguesias.

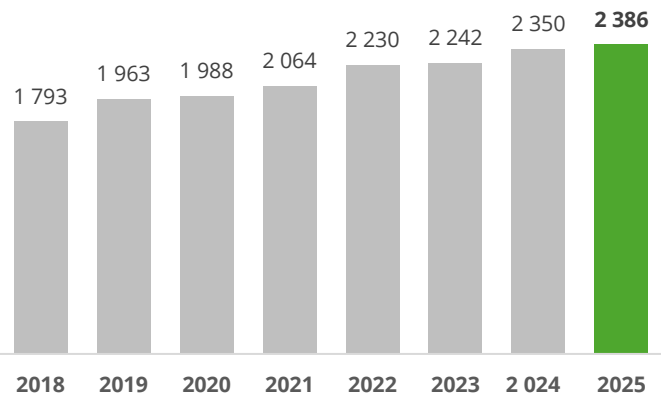


Figura - Evolução do n.º aglomerados envolvidos AS PS (Fonte: Reporte ANEPC)

Programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”	Acumulado ‘18 - ‘25
Aglomerados envolvidos	2 386
Oficial de segurança designados	2 235
Simulacros realizados	671
Locais de abrigo/refúgio identificados	3 065
Planos de evacuação elaborados	1025



Nível de implementação* PNA por Orientação Estratégica e Programa e Projeto

Modificar Comportamentos	49%	Reduzir o número e o risco das queimas e queimadas	59%	3.1.1.1	Regulamentar e implementar o uso do fogo	73%
				3.1.1.2	Apoio à população na realização de queimas e queimadas	67%
				3.1.1.3	Mecanismo de apoio à realização de queimadas	44%
		Reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão	51%	3.1.2.1	Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas	40%
				3.1.2.2	Presença das Forças Armadas nas áreas críticas	0%
				3.1.2.3	Rede de vigilância e deteção de incêndios	76%
		Rever o enquadramento jurídico para os comportamentos de risco	44%	3.1.3.1	Enquadramento jurídico em regime penal	83%
				3.1.3.2	Apoio e acompanhamento pela prática de fogo posto no âmbito da saúde mental	13%
				3.1.3.3	Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais	42%
				3.1.3.4	Investigação e processos relativos aos crimes de incêndio como prioritários	0%
		Comunicar para o risco: Portugal Chama	47%	3.2.1.1	Comunicação integrada para o risco	59%
				3.2.1.2	Comunicação especializada de proximidade	43%
				3.2.1.3	Comunicação das entidades em contexto de emergência	0%
				3.2.1.4	Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco	63%
		Orientar práticas educativas para o risco	29%	3.2.2.1	Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco	29%

*média aritmética do nível de progresso das iniciativas inscritas em cada projeto, reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

MODIFICAR COMPORTAMENTOS MODIFICAR COMPORTAMENTOS

3.1.1 Reduzir o número e o risco das queimas e queimadas

- **3.1.1.1 (ICNF)** Sem avanços na Regulamentação e implementação do uso do fogo
- **3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas (ICNF)** 274 de 278 (99%) dos municípios aderentes à Plataforma das Queimas e Queimadas, operada pelo ICNF. **(GNR)** Linha SOS Ambiente: (Opção 1 e 2) total de 12.530 chamadas, registando 4.615 denúncias no âmbito da DFCI e 2.244 chamadas para esclarecimento da forma de realizar a gestão de combustível, **(ICNF)** (Opção 3): 82 003 chamadas

A GNR através da UEPS apoiou 39 ações de fogo controlado, tendo empenhado 205 militares. A GNR realizou até Setembro de 2025: 5.597 Ações de Sensibilização no âmbito da adoção de comportamentos responsáveis relativamente ao uso indevido do fogo e regras de obrigação de gestão de combustível, por todo o território nacional, no qual estiveram presentes 103.334 pessoas.

3.1.2 Reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão

- **3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas (GNR)** A Rede Nacional de Postos de Vigia constituída por 80 PV da Rede Primária e 150 PV da Rede Secundária, irão funcionar entre os dias 05 de maio e 03 de novembro de 2025 no caso da primeira e a segunda de 29 de junho a 15 de outubro 2025.
O patrulhamento teve início a 05 de maio de 2025, irá durar até 03 de novembro de 2025, sendo que até 30SET25 registou-se o seguinte empenhamento de forças: GNR 35.035 | FORÇAS ARMADAS 2.513 | AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL 225 | PSP 870 | BOMBEIROS 100 | SAPADORES FLORESTAIS 31.922 | EMIF 2.340 | VIGILANTES NA NATUREZA 1.657 | SECIL 0 | AGRIS 0 | OUTRAS FORÇAS 6.310
- **3.1.2.2 Presença das Forças Armadas nas áreas críticas (ICNF)** Protocolo com início a 1 de julho e término a 17 de outubro. Em 2025 contou com 19 equipas das Forças Armadas (16 do Exército Português e 3 da Marinha) em ações de vigilância organizadas em 38 unidades de gestão florestal e conservação.
- **3.1.2.3 Rede de vigilância e deteção de incêndios (GNR)** A vigilância efetuada através da Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV), composta por 230 Postos de Vigia, e que atualmente tem uma cobertura de 69% de todo o território nacional, bem como dos Sistemas de Videovigilância Florestal, que complementam o trabalho produzido pela RNPV, atualmente com cerca de 158 câmaras de videovigilância florestal dispersas por praticamente todos os Distritos de Portugal continental, e que atualmente tem uma cobertura de cerca de 63% de todo o território nacional.
Até setembro 2025 foram contabilizados o total de 10.629 total de 1.º e 2.º Alertas; - 1.556 falsos alarmes; - 07 sinalizações. As ações de vigilância móvel, realizadas em complemento da RNPV e dos Sistemas de videovigilância Florestal (SVF) em funcionamento, permitiram contabilizar até setembro de 2025, 4.467 alertas, cerca de 42% do total de alertas (Corpos de Bombeiros – 2.559; Equipas de Sapadores Florestais – 166; Forças Armadas Protocolo Faunos – 3; Outros - 33; PSP – 6, GNR – 268) 2.794 Alertas Vigilância Fixa (RNPV), 20 Vigilância Aérea (meios aéreos tripulados 13 e não tripulados 07), 1.673 Vigilância Móvel (várias entidades), 6.142 Qualquer pessoa (via 112 - 4.252, via 117 - 174, Populares – 1.716). Total/Soma de Alertas – 10.629.
O Grupo de Trabalho, continua a desenvolver ações relativas ao planeamento das instalações e dispositivos de vigilância.

3.1.3 Rever o enquadramento jurídico para os comportamentos de risco

- **3.1.1.3 Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais (GNR)** Registam-se 7.705 Ocorrências de IR (Ano de 2025) , tendo já sido investigadas 5.963 ocorrências - Total de Incêndios rurais validados/Investigadas quanto ao tipo de causa: Desconhecida 1.570 (26%), Intencional 1.563 (26%), Natural 65 (1%), Negligente 2.273 (38%), Reacendimento 492 (8%).

Referir quanto à causa Incendiarismo que foi bastante publicitada que se situa atualmente nos 26.4%. Quantos às causas desconhecidas, estas situam-se nos 26.3%, verificando-se uma ligeira redução em relação a anos transatos.

MODIFICAR COMPORTAMENTOS MODIFICAR COMPORTAMENTOS

3.2.1 Comunicar para o risco: Portugal Chama

- **3.2.1.1 Comunicação integrada para o Risco (AGIF)** Verificou-se um atraso significativo na conclusão do Plano de Comunicação, que deveria ter sido finalizado no 1.º trimestre, foi concluído em junho, por dificuldades no procedimento concursal (garantir cabimento financeiro e lançamento do concurso) o que impediu a contribuição atempada do ICNF.
Em 2025, a AGIF, o ICNF e o eBUPi asseguraram orçamento para a campanha, enquanto a ANEPC não o fez, por ter perdido o financiamento proveniente do PRR. A campanha Portugal Chama está a decorrer desde 06/08/2025 até 31/10/2025, em televisão, rádio e imprensa. Face ao elevado risco de incêndio verificado no início de agosto, e às condições meteorológicas severas, a AGIF lançou um plano de meios em imprensa, com incidência nos concelhos com maior perigo de incêndio rural e prolongaram-se até outubro, encontrando-se ainda em fase de conclusão.
As entidades têm vindo a dar seguimento às iniciativas prioritárias definidas no Plano de Comunicação 2025, Atualmente, das 18 iniciativas previstas, cerca de 10 encontram-se concluídas ou em fase de conclusão. Realização da iniciativa Emigrante Chama em agosto nas principais fronteiras aéreas a terrestres em Portugal; - Reposição das peças de teatro a abrigo do projeto o Teatro Chama.
No âmbito do projeto Raposa Chama foram realizadas diversas ações de sensibilização, alcançando já cerca de 6.300 crianças e jovens, e uma vez que vários municípios estão a dinamizar autonomamente as ações Raposa Chama, deverá aumentar significativamente o total de participantes.
Relativamente à Monitorização do impacto das campanhas de sensibilização, avaliado através do barómetro, em 2025, não foi possível avançar com o estudo devido a dois fatores: inicialmente, o concurso ficou deserto e, posteriormente, houve demora no lançamento do novo procedimento, que ainda não se encontra concluído. Assim, os resultados só poderão ser obtidos em 2026.
- **3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade (GNR)** A GNR realizou até Setembro de 2025: 5.597 Ações de Sensibilização no âmbito da adoção de comportamentos responsáveis relativamente ao uso indevido do fogo e regras de obrigação de gestão de combustível, por todo o território nacional, no qual estiveram presentes 103.334 pessoas.
- **3.2.1.3 Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para a comunicação de risco (AGIF)** A formação dirigida aos órgãos de comunicação social (OCS) foi realizada conforme planeado, coorganizado pelas entidades do Sistema— AGIF, ANEPC, eBUPi, GNR, ICNF, IPMA e PJ — que apresentaram temas específicos das suas áreas de atuação, contribuindo para uma abordagem integrada da comunicação de risco associada aos incêndios rurais. Em 2025, tivemos 61 inscritos, provenientes de vários OCS de âmbito nacional, regional, local e internacional. Em junho de 2025 foi elaborado um Guia de Boas Práticas para Órgãos de Comunicação Social, documento revisto e aprovado por todas as entidades do SGIFR com assento na Subcomissão Nacional de Comunicação, no entanto decidiu-se não avançar de imediato com a divulgação, optando-se por reavaliar o documento e ajustar a sua abordagem, de modo a assegurar uma melhor aceitação junto dos profissionais de comunicação. O lançamento do guia está previsto para o próximo ano, em articulação com uma nova edição da formação dirigida a jornalistas no âmbito da comunicação de risco.

3.2.1 Orientar Práticas Educativas para o Risco

- **3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco: (DGE)** No âmbito da revisão curricular, a componente de Educação para a Cidadania passou a dispor de uma abordagem pedagógica mais clara, com vista a capacitar crianças e jovens para o exercício pleno da cidadania. Foram elaboradas as Aprendizagens Essenciais (AE) de Cidadania e Desenvolvimento, Pode referir-se que na Dimensão "Risco e Segurança Rodoviária" foram incluídas que permitem a abordagem dos temas. Exemplos: "Adotar comportamentos adequados de autoproteção face a situações de riscos naturais, tecnológicos e mistos"; "Adotar medidas de prevenção e autoproteção adequadas para garantir a segurança pessoal e coletiva, em consonância com os diferentes tipos de riscos (naturais, tecnológicos e mistos)".
A Ação de Formação "Aprendizagem baseada em projeto: uma abordagem para o ensino sobre riscos e ambiente" foi já certificada pelo Conselho Científico- Pedagógico para a Formação Contínua de Professores.



Nível de implementação PNA por Orientação Estratégica e Programa e Projeto (1 de 3)

Gerir Eficientemente o Risco	57%	Especializar a análise de risco	56%	4.1.1.1	Cartografia de risco	75%
				4.1.1.2	Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	54%
				4.1.1.3	Plataforma com produtos e serviços meteorológicos para incorporação na análise de risco	97%
				4.1.1.4	Emissão de avisos relativos ao risco de incêndio rural	13%
		Implementar o planeamento	60%	4.1.2.1	Constituição e funcionamento das Comissões de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR)	90%
				4.1.2.2	Programação e dimensionamento do sistema	39%
				4.1.2.3	Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução	56%
				4.1.2.4	Normas Técnicas e Diretivas Operacionais	59%
		Orçamentar Sistema com uma visão integrada	53%	4.1.3.1	Orçamento do SGIFR com visão plurianual	61%
				4.1.3.2	Mapeamento e mobilização fontes de financiamento	80%
				4.1.3.3	Alteração da lei das transferências das autarquias	0%
		Reforçar as competências de governança do risco	53%	4.2.1.1	Funcionamento e reforço das instituições	49%
				4.2.1.2	Projeto SGIFR de trabalho em rede	67%

*média aritmética do nível de progresso das iniciativas inscritas em cada projeto, reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

4.1.1 Especializar a análise de risco

- **4.1.1.1 Cartografia de risco (ICNF)** Entrega da Cartografia de risco conjuntural Produzida em Junho de 2025, carta de perigosidade pré-verão relativa ao ano em curso.
- **4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão (IPMA)** Atualizado o protocolo de elaboração de briefings diários em caso de situação extrema de perigo de incêndio rural; Desenvolvido e implementado produto de previsão situações de perigo extremo; Atualizada a climatologia de referência dos índices dos Sistema Canadano; Desenvolvidos produtos gráficos e indicadores baseados no pós-processamento dos índices de perigo meteorológico de incêndio. O IPMA coorganizou, junho de 2025, o 4º Congresso Internacional "O Fogo no Sistema Terrestre". PYROC.PT - O projeto terminou oficialmente em Março de 2025.
- **4.1.1.4 Emissão de avisos relativos ao risco de incêndio rural (ANEPC)** 1JAN-30SET2025: Emitidos avisos de risco de IR, incluindo, em 2 ocasiões, com recurso a Location Based - SMS (9 e 12AGO, 7.7 e 13.2 milhões de SMS)

4.1.2 Implementar o planeamento

- **4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões SGIFR (AGIF)** N.º Comissões Municipais: Norte: 85 de 86 (99%) falta (Matosinhos); LVT: 50 de 52 96% faltam (Moita e Oeiras) Alentejo: 44 de 47 (94%) faltam (Castro Verde, Almodôvar e Serpa);
- **4.1.2.2 Programação e dimensionamento do Sistema (AGIF)** Em curso a avaliação da situação atual - pendente do envio de informação de várias entidades.
- **4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução (AGIF):** Relatório de atividades SGIFR 2024 foi apresentado à Comissão Nacional em maio, e entregue à Assembleia da República e Governo em junho de 2025; O exercício de Planeamento do SGIFR 2026, iniciado em julho de 2025, ficou comprometido pela não participação da ANEPC, ICNF e GNR, e respetiva partilha dos principais objetivos/metasp e orçamento previsional. Atendendo à publicação da Orgânica do Governo e consequente designação de pontos focais, o primeiro período de reporte 2025 PNA/PRA decorreu no final do 3º trimestre de 2025. Elaborada pela AGIF análise aos RH e financeira do sistema. Ponto de situação dos Programas à escala território detalhado na página seguinte;
- **4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais: (ANPEC)** Diretiva Operacional Nacional N.º 2 – DECIR de 2025 foi aprovada pela CN PC e homologada por SE PC em 23 de abril de 2025; 2026 Recolha de dados e integração de lições apreendidas na proposta de DON n.º 2 DECIR 2026 em curso. A informação será disponibilizada aos agentes de proteção civil e às entidades cooperantes, assim que este processo esteja concluído

4.1.3 Orçamentar Sistema com uma visão integrada

- **4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão Plurianual (AGIF)** Não foi ainda entregue proposta final consolidada 2026 do orçamento SGIFR, principais objetivos/metasp. Esta proposta é parte integrante do exercício de Planeamento SGIFR 2026, iniciado em julho de 2025, no entanto a falta de participação de entidades relevantes (ICNF, ANEPC e GNR) comprometeu o processo até à data.
- **4.1.3.2 Mapeamento e mobilização fontes de financiamento:** Sem desenvolvimentos com vista ao pacote financeiro dedicado ao SGIFR. O projeto 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos irá ser financiado pelo Programa de Pastoreio Extensivo, via Fundo Ambiental. A OCDE conduziu em 2024 no âmbito do projeto de assistência técnica da EU um estudo que teve como entregável uma proposta de estratégia de financiamento integrada apresentada ao Governo, em particular ao M. das Finanças.

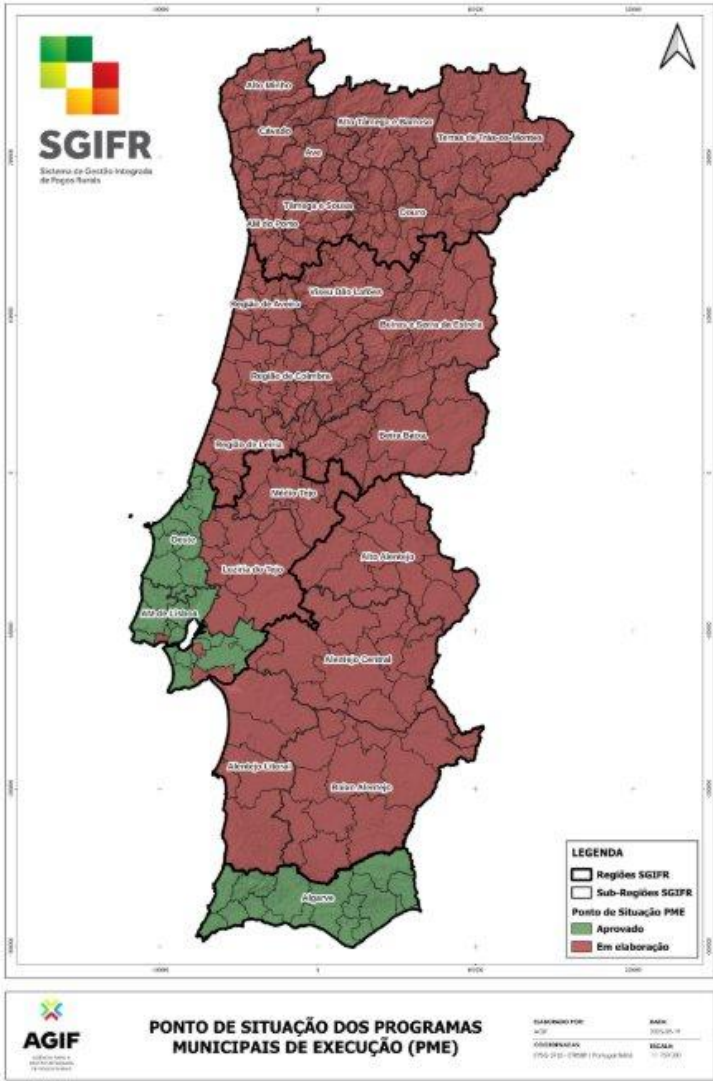
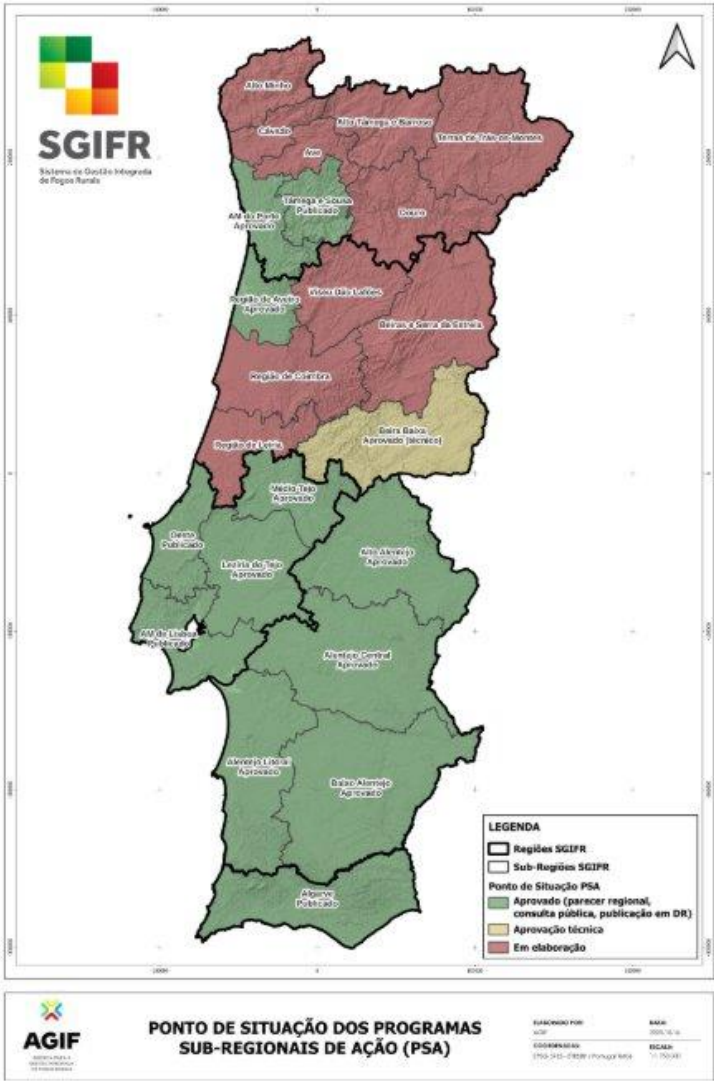
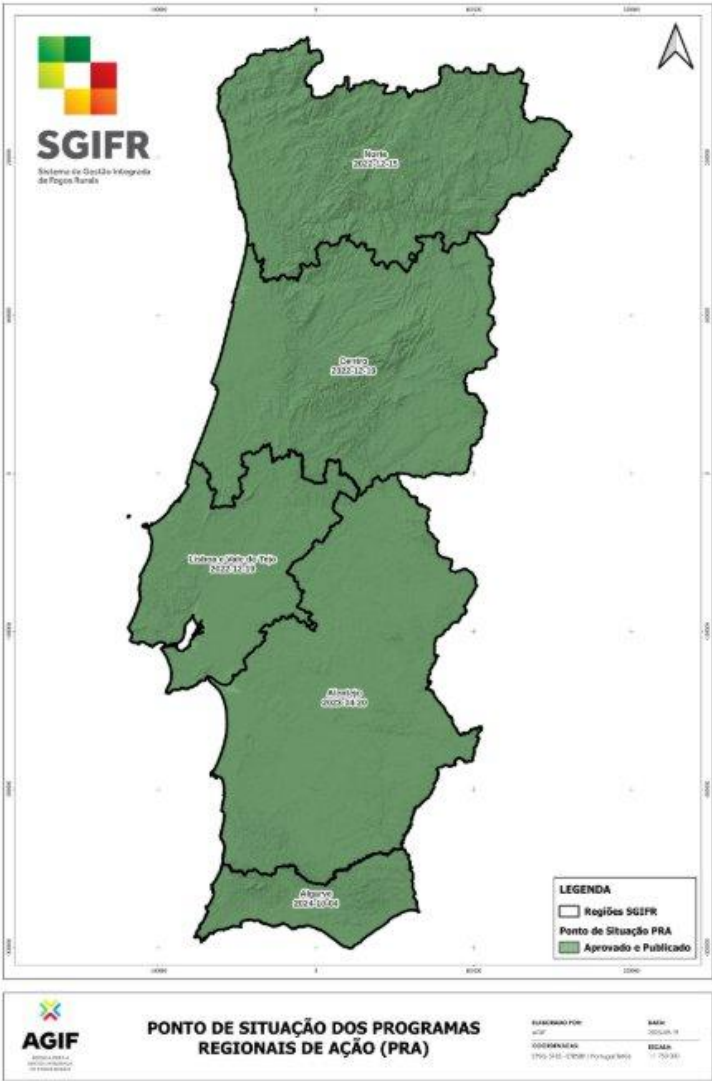
4.2.1 Reforçar as competências de governança do risco

- **4.2.1.1 Funcionamento e reforço das instituições (ICNF)** Com base no recente despacho n.º 5543-A/2025, de 15 de maio, a atividade dos Grupos de Trabalho de Redução de Ignições em Espaço Rural, envolvendo equipas mistas (PJ/GNR/ICNF) foi alargada a todo o país, totalizando agora 5 GT, tendo os 3 novos grupos iniciado funções em julho deste ano.
(ICNF) A FSBF conta atualmente com 115 operacionais que corresponde a 46% do meta de 260 operacionais. Está neste momento em curso um procedimento de contratualização para 88 elementos.
(IPMA) Aberto concurso 23/09/2025 para seis (6) Técnicos de Sistemas e Tecnologia de Informação e para três (3) especialistas de Sistemas e Tecnologia de Informação, de 2 especialistas em dezembro 2025 e 1 especialista em meados do ano 2026."



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução (AGIF):





Nível de implementação PNA por Orientação Estratégica e Programa e Projeto (1 de 3)

Gerir Eficientemente o Risco	57%	Implementar um sistema de melhoria contínua	47%	4.2.2.1	Sistema de monitorização e avaliação	23%
				4.2.2.2	Prémios indexados aos resultados	0%
				4.2.2.3	Sistema de lições aprendidas	73%
		Definir políticas de acordo com o enquadramento supranacional	85%	4.2.3.1	Proposta de gestão integrada de fogos rurais no âmbito UE	95%
				4.2.3.2	Conferência mundial dos incêndios rurais em Portugal 2023	100%
				4.2.3.3	Práticas internacionais no sistema português	50%
		Desenvolver Sistemas de informação e comunicação integrados	42%	4.2.4.1	Sistema de informação integrado para planeamento, gestão operacional, monitorização e controlo	76%
				4.2.4.2	Conhecimento da localização dos meios SGIFR	0%
				4.2.4.3	Sistemas de comunicação eficazes, resilientes e eficientes	8%
				4.2.4.4	Redes de comunicações eletrónicas em canais subterrâneos	33%
				4.2.4.5	Revisão da solução tecnológica e do modelo contratual do SIRESP	53%
		Implementação de melhorias organizacionais	83%	4.3.1.1	Implementação do modelo organizativo de modo faseado	100%
				4.3.1.2	Apoio à decisão operacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil	80%
				4.3.1.3	Programa de sapadores florestais	86%
				4.3.1.4	Especialização de agentes e de entidades	53%
				4.3.1.5	Centro Ibérico de investigação, prevenção e combate aos Incêndios Rurais	98%

*média aritmética do nível de progresso das iniciativas inscritas em cada projeto, reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

4.2.2 Implementar um sistema de melhoria contínua

- **4.2.2.1 Sistema de monitorização e avaliação (AGIF)** O Manual de Processos encontra-se em avançado estado de execução, num modelo WEB, com o detalhe da sequência de processos responsabilidades e dependências;
- **4.2.2.1 Sistema de Lições Aprendidas (AGIF)** Progresso limitado na implementação das ações de melhoria recomendadas pela Subcomissão Nacional de Lições Aprendidas às diversas entidades, das quais 35 encontram-se em fase de implementação, 18 foram declaradas, pelas entidades responsáveis pela concretização, como implementadas, e 45 aguardam o início. Até ao 3º Trimestre de 2025, para além dos registos anteriormente efetuados, não houve novos reportes. A análise e desenvolvimento de observações relativas às ocorrências de 2023, Odemira e Tortosendo – Covilhã, permanece suspensa devido à ausência de informação que foi solicitada a entidades que fazem parte da Subcomissão Nacional de Lições Aprendidas, por diversas vezes particularmente relevante é a informação da fita do tempo, do posicionamento de meios das ocorrências e dos Planos Estratégicos de Ação, em proveniência da ANEPC, sendo estes dados fundamentais para complementar e validar os relatos obtidos nas entrevistas realizadas pelo grupo de trabalho das LA (GTP) no final de 2023.

4.2.3 Definir políticas de acordo com o enquadramento supranacional | Sem atualizações reportadas

4.2.4 Desenvolver Sistemas de informação e comunicação integrados

- **4.2.4.2 Conhecimento da localização dos meios (SGMAI)** Mantém-se a situação já reportada nos pontos de situação anteriores: os meios a inventariar e disponíveis para a prevenção e combate a incêndios ultrapassam largamente os meios abrangidos pelo SIRESP-GL, pelo que reafirmamos que a definição da responsabilidade do projeto.
(ANEPC) O Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil, apenas tem acesso sem limitações, à visualização do posicionamento dos meios das entidades: ANEPC, CB's, ICNF e AFOCELCA
- **4.2.4.5 Revisão da solução tecnológica e do modelo contratual do SIRESP (SGMAI)** Despacho n.º 5274/2025 – Constituição de uma equipa de trabalho técnica e multissetorial com a missão de desenvolver um estudo técnico-estratégico para a substituição urgente do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), 8 de maio de 2025. Despacho nº 9813/2025 – Determina a prorrogação dos trabalhos do Grupo de Trabalho até 30 de novembro.

4.3.1 Implementação de melhorias organizacionais

- **4.2.4.5 Programa de sapadores florestais (ICNF)** Mantém-se o processo de aquisição de implementação de uma central de despacho que permitirá o reporte diário do PSF e de toda a estrutura operacional do ICNF, a transitar para 2026; Condições remuneratórias, proporcionais ao nível de exigência das funções - Processo a ser conduzido pela Sr. Secretaria de Estado da Florestas



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE (3 de 3)

Nível de implementação* PNA por Orientação Estratégica e Programa e Projeto

Gerir Eficientemente o Risco	57%	Gestão eficiente das ocorrências	53%	4.3.2.1	Adaptação do SGO a melhores práticas	83%
				4.3.2.2	Gestão dos meios aéreos	25%
				4.3.2.3	Gestão da supressão	42%
				4.3.2.4	Definição de critérios para classificação como fogo de gestão	71%
		Implementar o programa nacional de qualificação dos agentes SGIFR	63%	4.4.1.1	Mapear as qualificações e os perfis profissionais/referenciais de competências do SGIFR e elaborar referenciais de capacitação, reconhecimento e qualificação adequados	98%
				4.4.1.2	Rede de entidades formadoras/instituições de ensino e bolsa de formadores/professores credenciados	100%
				4.4.1.3	Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR	53%
				4.4.1.4	Oferta formativa de nível superior	46%
				4.4.1.5	Projeto IGNACIA – Promoção da Igualdade de Género no Âmbito do SGIFR	26%
		Programa de intercâmbio de peritos internacionais	24%	4.4.2.1	Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais	24%
		Gestão do conhecimento	48%	4.4.3.1	Reforçar a capacidade de I&D nacional, inclusive nas entidades SGIFR, na gestão integrada de fogos rurais	69%
				4.4.3.2	Transferir conhecimento para resolução de problemas	60%
				4.4.3.3	Estimular a supercomputação e sistemas operacionais no apoio à decisão	2%
				4.4.3.4	Criar uma rede nacional e integrada de testbeds no SGIFR para estimular a adoção e testar a implementação de boas práticas	59%

*média aritmética do nível de progresso das iniciativas inscritas em cada projeto, reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização



GERIR O RISCO
EFICIENTEMENTE

GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

4.3.2 Gestão eficiente das ocorrências

- 4.3.2.1 Adaptação do SGO às melhores práticas internacionais (ANEPC) Em curso, aguarda-se pelo plano nacional de qualificação. Normas definidas no SGO e implementadas pelas entidades integrantes no sistema. Formação e ações de treino operacional ministradas pela Escola Nacional de Bombeiros e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil aos agentes de proteção civil e entidade cooperante
- 4.3.2.2 Gestão dos meios aéreos (FAP) Taxa de execução HV contratadas 102% (10 408h) | Nº de meios aéreos em operação no DECIR - 73 meios | Somando todos os atrasos obteve-se um total de 654 dias de atraso que, considerando a dimensão do dispositivo - 73 meios - representa um atraso médio de 9 dias. Relativamente à edificação da capacidade permanente de meios aéreos próprios do Estado, dedicados ao apoio ao combate a incêndios rurais, forma entregues em 2025 dois dos 4 meios previstos

Ano	Horas Contratadas	Horas Voadas	%
2021	15.575	3.548	23%
2022	16.567	9.037	55%
2023	19.964	4.153	21%
2024	11 891	5 140	43%
2025	10 200	10 408	102%

Tabela - Horas voadas versus contratadas (2021-2024): Pressuposto de execução linear do regime de esforço, não discrimina o meio aéreo/Lote ou a sua localização no país. As horas contratadas são cumulativas e disponíveis no âmbito dos contratos plurianuais. Fonte: Reporte FAP.

- 4.3.2.3 Gestão da supressão (ANEPC) Dados do ano de 2025, referentes ao nível de empenhamento operacional mais elevado: Meios permanentes: - 11.161 operacionais; - 2.417 veículos; - 72 aeronaves. Meios adicionais mobilizáveis: - 3.863 operacionais; - 994 veículos.

Indicador	Meta	Resultado 2021	Resultado 2022	Resultado 2023	Resultado 2024	Resultado 2024
Tempo de despacho dos meios	< 120 seg. (2 min.)	48 seg.	55 seg.	55 seg.	72 seg.	52 seg.
Tempo de chegada do 1.º meio ao TO	-	16 min	16 min	16 min.	16 min.	s/info
% de incêndios extintos em ATI	>= 90 %	92,6 %	90,8 %	92,1 %	92,0%	s/info
% de reacendimentos	< 5%	2,3 %	4,8 %	3,2 %	5,9%	s/info

Tabela – Indicadores de Supressão de IR (Fonte: Reporte ANEPC)

(AGIF) Metodologia para apuramento do custo de supressão associado a cada incêndio já definido pela ANEPC, mas ainda sem ser aplicado. Metodologia para apuramento dos restantes danos e perdas em curso, com desenvolvimento de caso prático com a CCDR Centro. Prevê-se a sua apresentação em dez 26.

- 4.3.2.4 Definição de critérios para classificação como fogo de gestão – sem informação reportada 2025

GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

4.4.1 Aumentar a qualificação dos agentes SGFIR

- **4.4.1 Implementar o programa nacional de qualificação dos Agentes SGIFR (AGIF)** A implementação do Plano Nacional de Qualificação dos Agentes SGIFR (PNQ_SGIFR), encontra-se pendente de aprovação pelo Governo desde o final de 2021. Em curso a criação de conteúdos para as micro-credenciais de nível superior com o projeto da *Knowledge Base* com o Forestwise para contacto de docentes, e com o projeto da SG-Reform para peritos internacionais. No âmbito do projeto BREasy4Future 99 formandos concluíram a formação através de micro-credenciais de nível superior;
- **4.4.1.5 Projeto IGNACIA – Promoção da Igualdade de Género no Âmbito do SGIFR (AGIF)** Em curso a realização do Diagnóstico de Igualdade de Género SGIFR. Em fase de apuramento de resultados pós inquéritos e entrevistas para realização do relatório final.

4.4.2 Programa de intercâmbio de peritos internacionais

- **4.4.2.1 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais (AGIF)** Visita de Murray Carter - Executive Director of Rural Fire Division do Department of Fire and Emergency Services, Oeste da Austrália, entre os dias 3 e 6 de junho, interagindo com AGIF, ANEPC, ICNF e GNR

4.4.3 Gestão do conhecimento

- **4.4.3.1 Reforçar a capacidade de I&D nacional, inclusive nas entidades SGIFR, na gestão integrada de fogos rurais (FCT)** Realização de Newsletter científica portuguesa com resumo de resultados dos 56 projetos PCIF, com o objetivo de potenciar a disseminação do conhecimento científico produzido neste programa. Produzido e apresentado relatório em setembro de 2025. Quer o relatório, quer o webinar podem ser visualizados na [página da FCT](#) do Programa de I&D para a Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. 34 doutorados contratados para Emprego Científico;
- **4.4.3.3 Estimular a supercomputação e sistemas operacionais no apoio à decisão (FCT)** Não foi ainda desenvolvida nenhuma ação, por falta de concretização pelas entidades envolvidas. Em reuniões com a AGIF, a FCT, através da FCCN, a função da FCT foi entendida como suporte computacional, disponibilizando recursos como os centros da Rede Nacional de Computação Avançada.
- **4.4.3.2 Criar uma rede nacional e integrada de testbeds no SGIFR para estimular a adoção e testar a implementação de boas práticas (FORESTWISE)** No âmbito do Projeto FIRE RES foram lançados concursos para ideias inovadoras num total de 5 projetos demonstradores e 2 pilotos com um total de prémios atribuído de 56 000€. Para além do projeto europeu FIRE RES, outro projeto europeu RESIST no qual o CoLAB ForestWISE também participa, prevê o desenvolvimento de projetos demonstradores de inovação em quatro regiões e a transferência de conhecimento e soluções inovadoras para outras oito regiões, como forma de aumentar a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas. Para além dos 2 Living Labs instalados na Lousã e em Penafiel (Tâmega e Sousa) que resultam da participação no projeto FIRE RES (projeto termina a 30 de novembro de 2025), uma outra área de demonstração encontra-se instalada na Região de Coimbra, através da participação no projeto RESIST



AGIF

AGÊNCIA PARA A
GESTÃO INTEGRADA
DE FOGOS RURAIS